



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**PROFESSORA EM FORMAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A
PARTIR DO PIBID/UFV**

Gisele Barroso Rosado

VIÇOSA- MG
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**PROFESSORA EM FORMAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A
PARTIR DO PIBID/UFV**

Gisele Barroso Rosado

Relato de experiência apresentado como exigência da disciplina EDU 388- Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de graduada em Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, sob a orientação da professora Cristiane Aparecida Baquim.

VIÇOSA- MG

2017

Gisele Barroso Rosado

**PROFESSORA EM FORMAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A
PARTIR DO PIBID/UFV**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia
Universidade Federal de Viçosa

Banca Avaliadora:

Professora Dra. Cristiane Aparecida Baquim
(Orientadora)

Professora Dra. Leci Soares de Moura e Dias
(Banca avaliadora)

Professora Dra. Rita Márcia Andrade Vaz de Mello
(Banca avaliadora)

VIÇOSA- MG

2017

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo relacionar as minhas vivências, no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID, ocorridas nos anos de 2014, 2015 e 2016, com as perspectivas teóricas de alguns autores estudados no decorrer do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa, e com o que a legislação brasileira propõe para a Educação Infantil, enfocando especialmente a questão curricular. Para tanto, a análise foi realizada a partir das experiências a respeito das práticas educativas desenvolvidas em duas escolas municipais de Viçosa, inclusive propondo alternativas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Trata-se, então, de um relato de experiência, cuja análise dos dados será feita de acordo com o método da triangulação, que consiste em relacionar um mesmo assunto a partir de diferentes variáveis. No meu relato buscarei triangular a minha experiência no PIBID e a minha formação acadêmica, com o currículo oficial e alguns teóricos estudados durante a graduação. O PIBID é um programa importante na formação de professores e contribuiu para minha formação crítica a respeito da minha profissão, permitindo-me, ainda, relacionar a teoria e a prática durante os três anos em que participei do programa. Nesse período pude observar que as professoras da Educação Infantil trabalhavam de uma forma tradicional e que nem sempre utilizavam a ludicidade como recurso pedagógico.

Palavras-chave: PIBID; Currículo; Educação Infantil.

LISTA DE SIGLAS

PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IES- Instituições de Educação Superior

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SMEV- Secretaria Municipal de Educação de Viçosa

UFV- Universidade Federal de Viçosa

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

MEC- Ministério da Educação

ID- Bolsistas de Iniciação à Docência

CA- Coordenador de área

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID.....	8
3. APRESENTAÇÃO DAS ESCOLAS.....	12
4. ANÁLISE DA PEDAGÓGICA DAS DOCENTES.....	13
4.1. As propostas da Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil.....	20
4.2. Avaliação.....	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
7. ANEXOS.....	29

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido na disciplina EDU 388 - Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, sob a orientação da professora Cristiane Aparecida Baquim.

Quando ingressei na graduação em Pedagogia no ano de 2014, tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID. Participei deste Programa até o início do ano de 2017 e, nesse tempo, atuei com ID – bolsista de Iniciação à Docência em duas escolas municipais, participei em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Durante o tempo que participei do PIBID, vivenciei algumas situações, que muito me incomodavam. Situações de alfabetização iniciadas precocemente e não respeito às necessidades das crianças, por exemplo.

Este relato de experiência apresenta como tema o estudo do currículo para Educação Infantil e como é desenvolvido nas salas de aula. A escolha deste tema se deu a partir de vivências no PIBID, onde senti necessidade de estudar mais sobre o assunto para que fosse possível entender algumas das situações vivenciadas, uma vez que já havia estudado anteriormente alguns autores que afirmavam que estas situações não eram a melhor forma de trabalhar na Educação Infantil. Dessa forma, busquei conhecer o que estava de fato no currículo.

Assim, no decorrer deste trabalho, objetivei relatar e relacionar as minhas vivências no PIBID com alguns teóricos estudados no decorrer da graduação, e com o que a legislação propõe para a Educação Infantil, para que seja possível compreender como tem ocorrido o processo educativo em duas escolas municipais de Viçosa e quais melhorias seria possível realizar no trabalho pedagógico.

Este trabalho, como já disse anteriormente, é um relato de experiências e nesse relato utilizei o método da triangulação, que consiste em relacionar um mesmo assunto a partir de diferentes variáveis. No meu relato busquei triangular a minha experiência no PIBID e a minha formação acadêmica, com o currículo oficial e alguns teóricos estudados durante a graduação. O método da triangulação ajuda a compreender melhor o tema estudado. Podemos dizer também que a triangulação de métodos parte de reflexões do objeto de estudo a partir de diferentes perspectivas (MARCONDES, BRISOLA, 2014).

O presente trabalho foi dividido em quatro partes. A primeira diz respeito ao Programa do qual participei, a segunda é a apresentação das escolas em que trabalhei, a terceira versa sobre a prática pedagógica das professoras, onde também apresento algumas considerações sobre a Base Nacional Comum Curricular e os métodos avaliativos utilizados por elas, sendo que tanto na terceira como na quarta parte busquei relacionar o que foi vivenciado por mim, o currículo oficial e o que estudei durante a graduação.

2. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID/UFV

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi criado para que estudantes dos cursos de licenciatura pudessem vivenciar a docência ainda durante sua formação inicial. Como pode ser encontrado no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), “o PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica” (CAPES, 2008).

Assim, o Projeto permite que estudantes de licenciatura vivenciem o contexto das escolas públicas antes mesmo de formados, para que possam desenvolver atividades relacionando teoria e prática, sob a orientação de um CA – Coordenador de área e um professor da escola, supervisor. Para que uma Instituição de Educação Superior (IES) participe do PIBID, esta deve se inscrever a partir de editais públicos e enviando Projetos de Iniciação à Docência. As próprias instituições promovem a seleção dos bolsistas que irão participar do projeto.

Em junho de 2010 o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, decretou que:

Art. 1º O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira (BRASIL, 2010).

Já em 2016 o Congresso Nacional cria um projeto de lei que afirma que o Programa também é destinado a valorização da formação inicial de professores para a educação básica. Segue o artigo primeiro do projeto de lei que se refere a isso.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, destinado ao aperfeiçoamento e à valorização da formação inicial de professores para a Educação Básica, oferecendo bolsas de iniciação à docência a estudantes de cursos de licenciaturas que desenvolvam ações nas escolas públicas (BRASIL, 2016).

Com relação aos objetivos do PIBID, o decreto nº 7.219 de 24 de junho de 2010 explicita:

Art. 3º São objetivos do PIBID:

I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

II – contribuir para a valorização do magistério;

III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e

VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2010).

O Projeto de Lei nº 5.180 de 2016 adiciona um objetivo que é o de: “VI. Contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.” (BRASIL, 2016, p. 3)

Durante o tempo em que participei do PIBID, os minicursos e seminários organizados pelo PIBID também foram de grande importância para a minha formação, pois foram espaços que me permitiram refletir sobre diversos assuntos referentes a educação atual, e o decreto nº 7.219 traz no parágrafo 3º que:

§3º As instituições selecionadas deverão organizar seminários de iniciação à docência, prevendo a participação de estudantes bolsistas, coordenadores e supervisores, para apresentar resultados alcançados, dar visibilidade a boas práticas, propiciar adequado acompanhamento e avaliação do projeto

institucional e analisar seu impacto na rede pública de educação básica e nos cursos de formação de professores da própria instituição (BRASIL, 2010, p. 2).

No grupo do PIBID do qual participei tínhamos reuniões semanais onde relatávamos o que havíamos feito, o que havia funcionado e o que não funcionou, e todos contribuíamos com alternativas para melhorar o que não havia funcionado. Era também nessas reuniões que discutíamos textos que contribuíssem para nossa formação docente e realizávamos oficinas formativas sobre metodologias para trabalhar com as crianças das escolas. Estas reuniões com a coordenadora de área, ID's e supervisoras das duas escolas eram de suma importância para que fizéssemos um planejamento coletivo dos temas a serem trabalhados nas escolas.

No subprojeto Pedagogia havia a divisão em quatro grupos. O grupo no qual participava era dividido em duas escolas na qual atuávamos, na zona rural de Viçosa e, por isso, buscávamos conhecer a comunidade e trabalhar sempre a partir da realidade deles, para que fosse possível tratar diversos assuntos com base no que faz parte do dia a dia deles e, por isso, o planejamento em grupo era muito importante. Atuávamos nas escolas uma vez por semana e permanecíamos lá durante oito horas, realizando atividades de arte, sempre vinculadas a algum projeto, e também fazíamos acompanhamento de uma turma. Durante este período de acompanhamento observávamos como era o trabalho realizado pelas professoras.

O período em que acompanhávamos, a professora e a turma, aprendíamos muito sobre a educação, desde metodologias bem direcionadas e que funcionavam até o que não fazer em uma sala de aula. A partir de então, pude enriquecer minha formação e olhar certas práticas e posturas com um olhar mais crítico. Em alguns momentos, conversava com as professoras sobre as metodologias e, com o tempo e com um pouco mais de abertura, foi possível contribuir para o desenvolvimento da turma. Esta contribuição para o desenvolvimento da turma é um dos resultados propostos pelo Programa.

O Projeto de Lei nº 5.180, de 2016 também traz resultados do Programa, segundo reconhecimento da própria CAPES e alguns deles ficaram bem evidentes para mim durante o tempo que permaneci no PIBID. Os resultados reconhecidos pela CAPES são:

- a) diminuição da evasão e crescimento da procura pelos cursos de licenciatura;

- b) reconhecimento de um novo status para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da autoestima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
- c) integração entre teoria e prática pela aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;
- d) Formação mais contextualizada e comprometida com o alcance de resultados educacionais;
- e) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- f) Melhoria no desempenho escolar dos alunos envolvidos;
- g) Aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- h) Inserção de novas linguagens e tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores;
- i) Participação crescente de bolsistas de iniciação em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior;
- j) Sinergia com o programa Pro-Docência, com impactos na renovação dos currículos e na didática dos cursos de licenciatura (BRASIL, 2016).

Com relação ao resultado identificado pela letra C - integração entre teoria e prática pela aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica, posso dizer que também me senti muito mais motivada a continuar trabalhando com a educação, tive ainda mais orgulho de dizer que sou professora e também pude perceber que as colegas de graduação também se sentiam bem e empolgadas com o trabalho realizado no PIBID, assim como os alunos, as professoras das escolas nos esperavam sempre na expectativa de uma atividade diferente, sempre envolvendo a arte e o trabalho manual.

O Programa é importante e com grande reconhecimento para a formação e valorização dos professores já atuantes e para os futuros professores. Ele proporciona uma maior aproximação entre a Universidade e as escolas públicas, nos permitindo sempre relacionar a teoria estudada na Universidade e a prática vivenciada na escola.

Na UFV o Programa está vinculado à Diretoria de Programas Especiais – DIP, da Pró-Reitoria de Ensino – PRE e teve seu início em 2008 pelo edital de 2007, com os subprojetos de Física, Química, Biologia e Matemática. Em 2009 o curso de Pedagogia passou também a participar do Programa sob a coordenação da professora Maria Veranilda S. Mota, com os bolsistas atuando em duas escolas de educação básica da cidade de Viçosa.

Em 2014 quando ingressei no PIBID eram coordenadores de área as professoras Esther Giacomini Silva, Maria do Carmo Couto Teixeira, o professor Frederico Assis

Cardoso e a professora Maria Veranilda S. Mota, que posteriormente veio a ser substituída pela professora Silvana Claudia dos Santos. Neste mesmo período o subprojeto Pedagogia atuava em 8 escolas de Viçosa com 64 bolsistas. Fui selecionada a participar do subprojeto Educação do Campo, coordenado pela professora Maria do Carmo Couto Teixeira.

No relatório de atividades, produzido pelo PIBID/UFV, do ano de 2014 foi apresentado que no âmbito da UFV o PIBID “conseguiu alcançar os objetivos propostos e todos os subprojetos reportaram o exercício do trabalho coletivo e participativo entre escolas e universidade, sendo unânimes em afirmar a importância do PIBID para a valorização dos cursos de licenciatura e, em especial, para a valorização da educação básica pública.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2015, p. 159).

O relatório de atividades do ano de 2016 traz que:

Os licenciandos participantes do PIBID-UFV aprofundaram os seus conhecimentos em diversos temas de suas áreas de formação, bem como em contextos interdisciplinares. Desenvolveram habilidades e competências de atuação como futuros profissionais da educação. De maneira geral, percebe-se um grande empenho dos bolsistas ID na busca de recursos didáticos inovadores, além do esforço para a preparação de bons materiais didáticos, com um notável desenvolvimento dos pensamentos criativo e crítico (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2017, p. 235).

Assim, podemos afirmar que no âmbito da UFV o Programa tem atingido, na maior parte das vezes, seus objetivos. Em anexo se encontra um recorte dos relatórios parciais do PIBID/UFV, anos de 2014 e 2016 com descrição de impactos das ações/atividades do subprojeto na: formação de professores; licenciaturas envolvidas; educação básica; pós-graduação e escolas participantes.

3. APRESENTAÇÃO DAS ESCOLAS

Uma das escolas em que vivenciei as experiências apresentadas foi a Escola Municipal Professora Maria Antônia da Silva (nome fictício), localizada na zona rural, porém uma zona rural muito próxima de um bairro periférico onde há um alto índice de criminalidade. Como está muito próxima à comunidade, a escola sofre grande influência desta, que já está passando por um processo de urbanização. Esta é uma escola que oferece turmas de Educação Infantil (1º e 2º Período) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e funciona em dois turnos. Os alunos são de famílias com baixo poder aquisitivo. Entre os pais,

predominam assalariados, pequenos proprietários, desempregados e, em sua grande maioria, pessoas sem qualificação profissional específica.

A escola conta com um quadro de funcionários composto por 8 professores, 1 diretor, 1 supervisor, 1 secretário, 1 assistente administrativo e 5 auxiliares de serviço escolar. Esta instituição é mantida pela Prefeitura Municipal de Viçosa.

A escola possui um espaço físico bom, um lugar arejado, com área externa bem grande. Possui uma secretaria, uma sala dos professores, banheiros feminino e masculino adaptados para a educação infantil, uma cozinha que possui uma dispensa e uma área de serviços, seis salas de aula, uma biblioteca pouco utilizada e um laboratório de informática que infelizmente nunca vi funcionando, me foi relatado pela supervisora que a sala de informática não pode ser utilizada devido à falta de manutenção dos computadores e a falta de profissional capacitado para tal uso.

A área externa é utilizada pelas crianças para brincar. Na parte cimentada os alunos pulam corda e desenham, por exemplo. Na parte gramada eles brincam de queimada, futebol e bandeirinha, por exemplo. Tem ainda uma parte que é utilizada para horta.

A outra escola é a Doutora Aparecida Pereira (nome fictício), localizada também na zona rural de Viçosa. É uma escola pequena e que sofre com a falta de colaboração da prefeitura. Recentemente essa escola passou por um momento difícil, que foi a tentativa de fechá-la, e com o movimento popular conseguiram que a escola permanecesse em funcionamento. Porém, passado algum tempo, a Secretaria Municipal de Educação conseguiu fechar algumas turmas, alegando um baixo número de alunos nas turmas.

A escola oferece turmas de Educação Infantil (1º e 2º Período juntos) e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e funciona em dois turnos, sendo esta a configuração do período em que eu estava na escola. Os alunos são de famílias oriundas das zonas rurais próximas.

A escola conta com um quadro de funcionários composto por 6 professores, 1 diretor, 1 supervisor, 1 assistente administrativo e 2 auxiliares de serviço escolar. Esta instituição é mantida pela Prefeitura Municipal de Viçosa, sendo esse o quadro de funcionários no período em que fiquei na escola, de agosto de 2016 a fevereiro de 2017.

A escola possui um espaço físico bom, arejado, com área externa bem grande. A instituição possui uma secretaria, uma sala dos professores, banheiros feminino e masculino adaptados para a educação infantil, uma cozinha com dispensa, quatro salas de aula, uma

biblioteca. A área externa é utilizada pelas crianças para brincar, possuem uma quadra poliesportiva, um parquinho, uma parte gramada e uma grande área de terra batida.

4. ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS DOCENTES

Na Educação Infantil, nas duas escolas onde atuei as professoras do primeiro e segundo período utilizavam muitas atividades impressas. As crianças já deveriam copiar algumas palavras ou frases e até mesmo tinham que ler algumas palavras, ou seja, iniciando precocemente o processo de alfabetização. Em algumas situações percebia que a criança não estava preparada e mesmo assim ela deveriam desenvolver a atividade como as outras crianças. Com relação a essa ideia a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, propõe:

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que: V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas; (BRASIL, 2009)

Esse tipo de atividade em que a criança apenas deve responder o que está pedindo em uma folha não permite que ela expresse o que sente ou considera importante. Devemos utilizar na Educação Infantil atividades que valorizem a autonomia e a imaginação das crianças. Oliveira (2010, p. 10) ainda lembra que as DCNEIs apontam que as instituições de Educação Infantil necessitam “abolir todos os procedimentos que não reconheçam a atividade criadora e o protagonismo da criança pequena e que promovem atividades mecânicas e não significativas para as crianças”. Assim, não se trata de apenas depositar conhecimentos nas crianças, mas de dar-lhes condições para experiências significativas, situações para produzirem os próprios conhecimentos a partir de suas necessidades.

Angela Anning (2005, p. 90) traz que precisamos que o professor esteja intimamente ligado às crianças enquanto elas trabalham ou brincam, e ser capaz de ouvi-las em vez de falar para as crianças e de observar e analisar as evidências de aprendizagem. Os professores devem destinar tempo para a exploração da linguagem e do brincar, e que a partir do brincar há possibilidade de aumentar o vocabulário e ampliar pensamentos a partir de conversas. Um contexto lúdico pode proporcionar um desenvolvimento da linguagem também em domínio afetivo e cognitivo e o adulto deve ser um facilitador do desenvolvimento que

ocorre a partir de iniciativas das crianças.

Ao participar de uma conversa entre a professora Joaquina e a professora Antônia elas diziam que era muito importante que as crianças fossem para o primeiro ano já sabendo ler e escrever algumas coisas, para que a professora do primeiro ano não falasse que elas apenas brincavam com as crianças. Acredito que tal fato ocorra devido à grande cobrança e responsabilização para com os professores. A sociedade em que vivemos hoje está sempre buscando responsabilizar os professores pelo desenvolvimento da criança.

A escolas sofrem também uma pressão de terem que produzir resultados, essa é uma pressão lançada também pela mídia e com isso muitos professores se sentiram forçados a reconsiderar seus métodos. Porém o que não era considerado é a importância do brincar para o desenvolvimento da criança, e então prevalecia o senso comum de que as crianças vão às escolas para aprender apenas.

É necessário criar um ambiente de aprendizagem mais estimulante, uma vez que o brincar é um meio de aprendizagem natural e mais apropriado ao desenvolvimento da criança. Essas ideias ainda estão muito presentes nos dias de hoje e muitos professores não sabem justificar a importância do brincar.

No brincar a criança segue o seu próprio ritmo e também é a partir do brincar que ela tem a possibilidade de repetir ações até alcançar o objetivo necessário ou até decidir pedir ajuda e essas repetidas tentativas ocorrem sem medo dos erros. (HEASLIP, 2006)

Ouvi uma vez também da professora Antônia que não tinha como ensinar letras e números para as crianças a partir de atividades lúdicas, que trabalhar com atividades lúdicas era bobagem e que as crianças não aprendem nada com essas atividades, pois as crianças ficam preocupadas apenas em brincar. É necessário que as professoras e a comunidade escolar reavaliem a importância atribuída às atividades lúdicas e tratem com seriedade as crianças que estão brincando, incluindo no estudo da linguagem oportunidades lúdicas de forma mais efetiva. E também é preciso saber ouvir, estar preparado para ouvir, pois a partir de falas das próprias crianças podem surgir possibilidades de aprendizagens.

Com relação ao aprender brincando, quando as crianças podem aprender a partir de brincadeiras a aprendizagem se torna algo natural e com mais significado para elas. Angela Anning (2006) traz que existem modelos alternativos e superiores, e que estes modelos utilizam o brincar e a criatividade como a base de um currículo dos primeiros anos, sendo

que este currículo deveria ser planejado em torno das necessidades de aprendizagem das crianças e que fosse capaz de estimular o amor pela aprendizagem.

Por exemplo, quando a criança desenha um número ou uma letra em uma caixa de areia, se ela errar a forma da letra ela não se sente mal, ela mesma costuma perceber o erro e corrigi-lo. Já quando essa criança é corrigida pela professora, muitas vezes na frente de outros colegas, ela se sente mal e acaba por criar um medo de errar, e a partir do momento que ela possui medo de errar, dificilmente ela tentará fazer um movimento desconhecido. Sobre a importância do brincar para as crianças pequenas, Oliveira (2010, p. 6) traz que:

Além de reconhecer o valor das interações das crianças com outras crianças e com parceiros adultos e a importância de se olhar para as práticas culturais em que as crianças se envolvem, as DCNEIs ainda destacam a brincadeira como atividade privilegiada na promoção do desenvolvimento nesta fase da vida humana.

Atividades de aprendizagens práticas, baseadas no brincar, são vistas como menos importantes e acabam ficando naquele tempinho que sobra antes do recreio ou no final da aula. E sempre que classificam as atividades como importantes ou menos importantes, as professoras estão negando a afirmação que desejam educar a criança por inteiro, uma vez que estão inviabilizando áreas potenciais de crescimento. Sobre esta ideia, Anning (2005, p. 89) afirma que: “Atividades de aprendizagem práticas, baseadas no brincar, são vistas como ocupacionais e como tendo menos status, principalmente para aquelas crianças menos capazes; algo a fazer quando se termina o trabalho ou sobra um tempo livre para se divertir”.

Quando estas professoras negam a necessidade que as crianças têm de aprender através da brincadeira, elas privam as crianças de um direito. Uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) traz que a criança tem direito a liberdade e que o direito à liberdade compreende o brincar, a prática de esportes e de se divertir. A resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, traz que:

Art. 4º- As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

A professora Nilza que eu também acompanhei, pedia as crianças copiarem do

quadro todos os dias a data, a cidade e o nome da escola, e as crianças precisavam seguir um padrão que a professora considerava de “letra boa” e não podiam escrever torto no caderno, sendo que estas crianças usavam caderno sem pauta, o que dificultava a escrita em linha reta; e quando os alunos escreviam torto, ela apagava e pedia que escrevessem de novo. O que mais me incomodava é que em uma conversa com outras professoras, da própria escola, sobre tal situação, elas disseram que em situações como essa não há muita intervenção a ser feita, nem mesmo por uma coordenadora pedagógica. A justificativa da professora para trabalhar de tal forma é a de não ser boa com arte e com trabalhos manuais.

O que vemos no caso desta professora é que ela não pretendia sair de sua zona de conforto, é muito mais fácil ela assumir que não sabe e dizer que não tem tempo para estudar e se preparar para uma proposta pedagógica melhor para as crianças. Mas a coordenação pedagógica da escola poderia propor, dentro da própria escola, um período para formação continuada onde este tema fosse abordado.

O Parecer CNE/CEB Nº 20/2009 traz que:

Programas de formação continuada dos professores e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade. Tais programas são um direito das professoras e professores no sentido de aprimorar sua prática e desenvolver a si e a sua identidade profissional no exercício de seu trabalho. Eles devem dar-lhes condições para refletir sobre sua prática docente cotidiana em termos pedagógicos, éticos e políticos, e tomar decisões sobre as melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades. (BRASIL, 2009)

Diante de tal situação, podemos perceber que este programa de formação continuada não tem sido desenvolvido pelo município, mas o fato de a professora não se interessar em se capacitar torna a situação ainda mais complicada. É preciso considerar a responsabilidade da prefeitura, tendo em vista que são duas escolas municipais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB de dezembro de 1996 traz em seu artigo 62, parágrafo um e dois que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). (BRASIL, 1996)

Assim, vejo que é preciso que se cobre do município que ocorram espaços de formação destes professores, o município também pode disponibilizar para as professoras cursos de formação continuada a distância por exemplo, uma vez que com o avanço das tecnologias hoje estes estão cada vez mais presentes. E no período em que estive na escola, em momento algum elas mencionaram participar de algum encontro para formação continuada. Em uma situação como essa, a coordenadora poderia sugerir que a Secretaria Municipal de Educação de Viçosa- SMEV promovesse algum curso para formação destas professoras atuantes na Educação Infantil.

No período em que estava em sala para realizar o acompanhamento auxiliando a professora nas atividades realizadas com as crianças, eu não tinha muito o que fazer para mudar essas situações, e às vezes as professoras me pediam que elaborasse alguma atividade. Eu sempre buscava trabalhar de uma forma diferente, desenvolvendo a autonomia da criança e de uma forma mais lúdica.

Diante das situações vivenciadas por mim, do conhecimento adquirido na graduação e em discussões ocorridas nas reuniões do meu grupo do PIBID, eu tinha consciência de que tais práticas não eram as mais adequadas e não condiziam com as necessidades das crianças. Então diante disso eu precisava buscar atividades lúdicas para eu realizar, para que fosse um trabalho diferente do realizado pela professora e que fizesse referência a tudo que eu já havia estudado. Essa demanda fez com que eu aprendesse metodologias diversificadas, uma vez que me fez construir um vasto repertório de atividades lúdicas sobre diversos temas e assuntos. Além de me fazer crescer profissionalmente, sabendo que é possível trabalhar muitos temas de forma mais significativa para as crianças e por me fazer acreditar que é possível uma educação infantil mais espontânea e de acordo com as necessidades das crianças. Sobre a experiência conjunta entre alunos e professora, o Parecer CNE/CEB Nº: 20/2009 afirma que:

Também as professoras e os professores têm, na experiência conjunta com as crianças, excelente oportunidade de se desenvolverem como pessoa e como profissional. Atividades realizadas pela professora ou professor de brincar com a criança, contar-lhe histórias, ou conversar com ela sobre uma infinidade de temas, tanto promovem o desenvolvimento da capacidade infantil de conhecer o mundo e a si mesmo, de sua autoconfiança e a

formação de motivos e interesses pessoais, quanto ampliam as possibilidades da professora ou professor de compreender e responder às iniciativas infantis. (BRASIL, 2009, p. 07)

No processo de ensino-aprendizagem é importante planejar as aulas tendo a criança como centro do processo, uma vez que devemos buscar o desenvolvimento da criança como todo e é essencial que se planeje as aulas a partir do conhecimento de mundo delas e sempre buscando ampliá-los. É necessário articular estes conhecimentos com os conhecimentos do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral destas crianças. Devemos pensar nas crianças como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

As crianças da Educação Infantil estão em processo de desenvolvimento constante e esse período é marcado por importantes conquistas no seu desenvolvimento. Sobre o desenvolvimento das crianças o Parecer CNE/CEB Nº 20/2009 traz que:

Assim, a motricidade, a linguagem, o pensamento, a afetividade e a sociabilidade são aspectos integrados e se desenvolvem a partir das interações que, desde o nascimento, a criança estabelece com diferentes parceiros, a depender da maneira como sua capacidade para construir conhecimento é possibilitada e trabalhada nas situações em que ela participa. Isso por que, na realização de tarefas diversas, na companhia de adultos e de outras crianças, no confronto dos gestos, das falas, enfim, das ações desses parceiros, cada criança modifica sua forma de agir, sentir e pensar (BRASIL, 2009, p. 07).

Uma atividade muito importante nessa etapa da vida é o brincar de faz de conta, uma vez que nesse tipo de brincadeira as crianças podem se expressar mais facilmente e também desenvolvem a fala, proporciona um desenvolvimento da linguagem também em domínio afetivo e cognitivo, e, portanto, o professor pode se tornar um facilitador nesse processo. Porém, o adulto deve tomar cuidado com a forma como entra no momento lúdico da criança, para que não ocorra a quebra da continuidade da brincadeira.

O papel do adulto durante o momento lúdico é tão importante como qualquer outro, pois além de facilitador ele deve ser um observador atento, pois nestes momentos é possível também conhecer sobre as crianças e suas necessidades, permitindo ao educador promover

novas aprendizagens. O papel do adulto enquanto promotor e capacitador tem sido negligenciado, muitas vezes por falta de tempo e condições, uma vez que hoje as turmas estão com um grande número de alunos. O professor deve ter uma observação cuidadosa para saber quando deve intervir (HEASLIP, 2006). Por falta de tempo, muitas vezes os professores se atentam em fazer apenas o que consideram mais importante para que o aluno seja alfabetizado no ano seguinte.

Considerando a necessidade dos professores conhecerem as políticas curriculares para desenvolverem um trabalho pautado nas referências para o seu campo de atuação, faço a seguir uma breve análise da Base Nacional Comum Curricular- BNCC e o que ela propõe para a educação infantil.

4.1. As propostas da Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil

A BNCC é um documento que define o conjunto de aprendizagens que os alunos devem desenvolver durante cada ano de escolaridade na Educação Básica, e, portanto, ela é um documento de caráter normativo. A base é:

Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), [e] soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017).

Assim, podemos perceber que mais uma vez é afirmado que a educação deve ocorrer de forma integral e de uma forma justa, onde as crianças tenham direito a educação de qualidade e que as crianças de uma mesma idade possam ter as mesmas condições de desenvolvimento. Mesmo sabendo que cada criança se desenvolve em seu tempo, precisamos lhes proporcionar igualdade de acesso à educação de qualidade, visando o seu desenvolvimento integral, e não apenas reforçar a preocupação com o aprender a ler e escrever. Na apresentação da Base, explicita-se que ela deve ser:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017)

Sobre estas questões expostas pela base é possível articular algumas análises. Ela pode ser utilizada como referência para a criação dos currículos dos sistemas e das redes, porém diante das minhas experiências eu não vi situações em que ela tenha sido discutida nas escolas. A BNCC se encontra no Conselho Nacional de Educação e será enviada ao Ministério da Educação (MEC) para ser sancionada, portanto pode ser que essa seja sancionada sem que ocorra discussão sobre esta nas escolas ou até mesmo sem que as professoras a conheçam.

A terceira versão da Base aponta que as creches e pré-escolas devem acolher as vivências e os conhecimentos construídos no ambiente familiar e na comunidade, e a partir destes conhecimentos buscar ampliar os conhecimentos das crianças, ampliando também as experiências e as habilidades. Para um desenvolvimento mais eficaz se torna necessário que haja diálogo e compartilhamento entre as escolas e as famílias das crianças.

Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil é um dos itens presentes na BNCC e, a seguir, encontra-se o quadro que traz esses direitos.



DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais. A participação e as transformações introduzidas pelas crianças nas brincadeiras devem ser valorizadas, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento de seus conhecimentos, sua imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Sobre o quadro apresentado anteriormente, reconheço que esses direitos são importantes para o desenvolvimento da educação infantil. Observo que é preciso que esses direitos sejam assegurados às crianças, e os professores podem contribuir para que esses direitos sejam assegurados e para que as crianças se desenvolvam de acordo com todos os campos de experiências apresentados pela Base. Sobre os campos de experiências a base sugere que é preciso considerar que:

[...] na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, assegurando-lhes os direitos de *conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se*, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco **campos de experiências**, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiência constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2017, p. 36)

O primeiro dos campos é “O eu, o outro e o nós” que aborda sobre a importância de que ocorra interação entre as crianças e os adultos e como essa interação contribui para o desenvolvimento das crianças. O segundo dos campos de experiências é o “Corpo, gestos e movimentos” e como esses são importantes para que a criança reconheça os espaços e até mesmo para que expresse suas emoções. Sobre o terceiro campo, “Traços, sons, cores e formas”, a BNCC apresenta que é importante conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, para que se possa criar novas experiências e formas de se expressarem.

Um quarto campo é a “Oralidade e escrita”, e que é no momento de ouvir histórias que as crianças têm mais possibilidades de desenvolvimento da oralidade e é um importante momento que contribui para a inserção no universo da escrita. E por fim o campo de experiência que trata dos “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” onde é preciso promover interações e brincadeiras que permitam às crianças observar, manipular, investigar e explorar.

É importante lembrar que há diferença de ritmo de aprendizagem entre as crianças e que é preciso sempre respeitá-las. Assim, durante o tempo que estive na escola, vivenciei práticas pedagógicas não condizentes com a necessidade das crianças de aprendizagem, não que eu acredite que a partir da Base essas mudanças ocorreram facilmente, primeiramente

tendo em vista que a Base está sendo construída sem que ocorra participação das professoras da educação básica. E tão pouco acredito que esta será a solução de todos os problemas da educação, mas é importante que todos os que estão envolvidos com a educação queiram que as coisas mudem, e me refiro aos envolvidos com a educação uma vez que não depende exclusivamente dos professores. Como consequência de uma prática pedagógica que não condiz com as necessidades dos alunos, as avaliações realizadas também não ocorriam de forma significativa, portanto a seguir farei uma análise das avaliações realizadas.

4.2. Avaliação

As professoras da Educação Infantil das duas escolas construíam relatórios sobre as crianças para registrar seus desenvolvimentos. Os relatórios eram construídos a partir da observação das crianças e das atividades impressas que as crianças tinham que fazer, onde elas comparavam as atividades para identificar os avanços. Essas comparações eram feitas entre atividades das próprias crianças e entre atividades de uma criança com a outra, o que algumas vezes era como se as crianças estivessem realizando uma provinha.

Mais uma vez, nesse quesito, verifica-se que havia maior valorização de uma formação baseada em conteúdo, quando deveriam valorizar o desenvolvimento como um todo, considerando todas as possibilidades e todos os campos de experiências. As professoras também poderiam observar os desenhos das crianças, mas infelizmente os desenhos não eram muito utilizados, além de utilizarem outras formas de avaliação além da observação e da comparação de atividades.

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, afirma em seu artigo 10 que “as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação”. Quando as professoras comparavam as atividades de uma criança com as das outras, elas acabavam por classificar os alunos, o que não deve ser o objetivo de uma avaliação nessa fase da escolarização.

As avaliações devem ser feitas para que as professoras conheçam como está o desenvolvimento da turma e como ela precisa fazer o planejamento para que ocorra mais avanços. O parecer CNE/CEB Nº: 20/2009 afirma que:

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades

propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. Espera-se, a partir disso, que o professor possa pesquisar quais elementos estão contribuindo, ou dificultando, as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e desenvolvimento, e então fortalecer, ou modificar, a situação, de modo a efetivar o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição (BRASIL, 2019, p. 16).

É muito importante conhecer o verdadeiro significado e a necessidade de avaliar um processo educativo, para que possam refletir sobre suas práticas e buscar sempre o melhor mecanismo para o desenvolvimento da criança, e sem focar o ensino da linguística ou da lógica matemática. O parecer nº 5 de 2009 traz que as avaliações devem garantir:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV – a documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

É importante que as avaliações processem todos os campos de experiência para que as professoras identifiquem a demanda das crianças de realizar mais ou menos atividades de determinados eixos, pode ser que seja necessário também mudar a forma como a atividade é realizada. Pensando sempre sobre todos os contextos de aprendizagem desde as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções até os apoios oferecidos às crianças individualmente ou oferecidos à turma toda em um mesmo momento.

Sobre as observações, o Parecer CNE/CEB Nº: 20/2009 afirma que:

A observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada criança, de grupos de crianças, das brincadeiras e interações entre as crianças no cotidiano, e a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.), feita ao

longo do período em diversificados momentos, são condições necessárias para compreender como a criança se apropria de modos de agir, sentir e pensar culturalmente constituídos (BRASIL, 2009, p. 17).

Precisamos lembrar que a partir das avaliações também conseguimos determinar quais tipos de atividades interessam mais às crianças. Na educação infantil quando realizamos atividades do interesse e da realidade das crianças a aprendizagem ocorre com mais eficácia e se tornam mais prazerosas também.

Por fim, é importante que o trabalho de documentação das observações do desenvolvimento das crianças seja feito com seriedade e comprometimento, pois essa documentação deveria acompanhar a criança em toda sua trajetória da Educação Infantil e posteriormente entregue ao se matricular no Ensino Fundamental (BRASIL, 2009, p. 17). Quando digo que deveria é porque na prática nunca vi estes relatórios serem compartilhados com a próxima professora que iria ministrar aulas para aqueles alunos. Quando o aluno permanece na mesma escola, o que costuma acontecer é a professora falar se ele é um “bom ou mau aluno”, o que o estigmatiza desde o princípio. A BNCC traz que é preciso:

construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos (BRASIL, 2017).

Portanto, os professores devem levar mais a sério a avaliação na educação infantil, uma vez que este é um mecanismo importante para a reflexão dos professores sobre a sua prática, para que possam fazer as alterações necessárias visando sempre melhorar o processo ensino-aprendizagem, utilizando as avaliações como formativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar do PIBID me permitiu consolidar uma experiência significativa. Com a participação nesse Programa e com os estudos realizados na universidade, pude fazer um comparativo do que a teoria propõe e do que ocorre na realidade das escolas, além de também analisar o que da teoria é viável e possível de se realizar nas escolas.

Com o PIBID aprendi a trabalhar em grupo, a planejar minhas aulas, a ouvir meus alunos, a conhecer bem os alunos e a ter consciência da importância de conhecê-los. Aprendi muito com os professores envolvidos, o que fazer e o que não fazer, aprendi muitas

metodologias com os colegas que participavam comigo do Programa. Também foi possível aprender a ser crítica em relação às minhas práticas e às práticas daqueles que pude acompanhar.

Os objetivos na elaboração deste trabalho foram fazer o relato das minhas vivências a partir da participação no PIBID, relacioná-las ao que as políticas públicas propõem e relacionar também o que eu havia estudado na teoria sobre o que é importante ser trabalhado na educação infantil e qual a melhor forma de realizar estes trabalhos. Acredito que consegui alcançar meus objetivos e também puder analisar o que é viável de ser proposto para educação infantil e como estas atividades propostas podem ser significativas para as crianças.

Minha participação no PIBID e a construção deste trabalho ajudaram para que eu me tornasse uma profissional crítica do meu trabalho, consciente das mudanças importantes a serem feitas na educação. Mesmo que não dependa só de mim, tenho consciência da importância de lutar pelos direitos de todos e de contribuir para que ocorram mudanças na educação que temos hoje. Acredito ser importante começar essa mudança pela educação infantil.

As práticas que vivenciei me permitiram crescer profissionalmente uma vez que pude vivenciar diversas situações que me fizeram aprender muito, mesmo que estas situações não fossem as mais desejáveis para turmas de educação infantil. Os estudos feitos sobre as políticas públicas e sobre os teóricos me fizeram perceber outras opções de práticas que poderiam ser melhores do que as utilizadas pelas professoras. Ainda assim, sei que há muitas críticas a serem feitas às políticas públicas, principalmente tendo em vista que muitas foram criadas sem a participação de educadores atuantes na educação básica. A BNCC também tem suas falhas e precisamos de espaço para discuti-las, precisamos estar em constante processo de formação para conseguirmos estar sempre repensando nossas práticas.

Por fim, afirmo que o Programa é importante para a formação de futuros professores conscientes e que reconheçam a necessidade de um trabalho de qualidade. Ser bolsista ID enriqueceu tanto a minha formação como a de outras colegas, o que se comprovava quando conseguíamos enriquecer as discussões em sala sobre o que havíamos vivenciado. O PIBID contribui efetivamente para formação docente uma vez que nos permite participar do dia-a-dia de uma escola da educação básica e nos permite adquirir experiências enquanto uma professora em formação.

6. REFERÊNCIAS

ANNING, Angela. O brincar e o currículo oficial. De volta ao básico: uma visão alternativa. In: MOYLES, Janet R. (Org.). **A excelência do brincar: A importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006. p. 83-93.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 5.180, de 2016**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e dá outras providências. Despacho à comissão de Educação. 6 p. Brasília.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20 de 2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

HEASLIP, Peter. Fazendo com que o brincar funcione em sala de aula. In: MOYLES, Janet R. (Org.). **A excelência do brincar: A importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes R. de. O Currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? **Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento**. Belo Horizonte- MG, 2009. 14 p. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/file>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

MARCONDES, Nilsen A. Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**. São José dos Campos- SP. v. 20, n.35, julho de 2014. Disponível em:
<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:62Gi546dg4QJ:revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/download/228/210+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Relatório de Atividades: ano base 2014**. Viçosa- MG. 2017. Disponível em: <<http://www.pibid.ufv.br/wp-content/uploads/PIBID-UFV-Relat%C3%B3rio-Atividades-2014.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Relatório de Atividades: ano base 2016**. Viçosa- MG. 2017. Disponível em:
<http://www.pibid.ufv.br/wp-content/uploads/RELAT%C3%93RIO-PARCIAL-DE-ATIVIDADES-PIBID_UFV-2016.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.